



CÂMARA MUNICIPAL

REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE

PREÂMBULO

O presente regulamento visa fixar as regras aplicadas pelo Município da Trofa para a adequada instrução e execução do processo de afixação de mensagens de publicidade e propaganda de natureza comercial, adequando-o às especificidades do Concelho.

Considerando que a iniciativa legislativa denominada "licenciamento zero" produziu uma alteração substantiva da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 48/2011, não sujeita a licenciamento ou qualquer outro ato permissivo, a praticar pela autoridade administrativa, um conjunto tipificado de mensagens publicitárias.

Considerando que ao Município é reconhecido o poder regulamentar de fixação de regras limitadoras do poder de afixação de mensagens publicitárias, nomeadamente por efeitos de salvaguarda de valores públicos ou de uso e fruição pública.

Adota-se o presente regulamento de publicidade, que tem como objetivo central assegurar as condições salvaguarda da qualidade dos espaços públicos, paisagem urbana e segurança rodoviária, no respeito pelos princípios de igualdade de tratamento, justiça e imparcialidade no uso privativo do espaço público afeto ao domínio do Município da Trofa.

Índice

<i>CAPÍTULO I</i>	5
<i>DISPOSIÇÕES GERAIS</i>	5
<i>Artigo 1.º</i>	5
<i>Lei habilitante</i>	5
<i>Artigo 2.º</i>	5
<i>Âmbito de aplicação</i>	5
<i>Artigo 4.º</i>	9
<i>Princípios gerais de inscrição e afixação de publicidade</i>	9
<i>CAPÍTULO II</i>	11
<i>LICENCIAMENTO</i>	11
<i>Artigo 5.º</i>	11
<i>Pedido de licenciamento</i>	11
<i>Artigo 6.º</i>	13
<i>Pareceres</i>	13
<i>Artigo 7.º</i>	13
<i>Decisão final</i>	13
<i>Artigo 8.º</i>	13
<i>Taxas</i>	13
<i>Artigo 9.º</i>	14
<i>Prazo e renovação da licença</i>	14
<i>Artigo 10.º</i>	14
<i>Revogação da licença</i>	14
<i>Artigo 11.º</i>	15
<i>Remoção dos suportes publicitários</i>	15
<i>Artigo 12.º</i>	16
<i>Publicidade abusiva</i>	16
<i>CAPÍTULO III</i>	16
<i>CRITÉRIOS PARA AFIXAÇÃO E INSCRIÇÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS</i>	16
<i>Artigo 13.º</i>	16
<i>Segurança e circulação de pessoas e veículos</i>	16
<i>Artigo 14.º</i>	17
<i>Cartazes e prospektos</i>	17
<i>Artigo 15.º</i>	17
<i>Publicidade sonora</i>	17
<i>CAPÍTULO IV</i>	18
<i>MEIOS OU SUPORTES PUBLICITÁRIOS EM ESPECIAL</i>	18

<i>Secção I</i>	18
<i>Condições de instalação de suportes publicitários</i>	18
<i>Artigo 16.º</i>	18
<i>Anúncios e reclamos luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes</i>	18
<i>Artigo 17.º</i>	19
<i>Bandeirolas</i>	19
<i>Artigo 18.º</i>	19
<i>Chapas e placas</i>	19
<i>Artigo 19.º</i>	20
<i>Tabuletas</i>	20
<i>Artigo 20.º</i>	20
<i>Painéis</i>	20
<i>Artigo 21.º</i>	21
<i>Toldos</i>	21
<i>Artigo 22.º</i>	21
<i>Condições de afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial em mobiliário urbano</i>	21
<i>Secção II</i>	22
<i>Licenciamento de publicidade em veículos</i>	22
<i>Artigo 23.º</i>	22
<i>Licenciamento</i>	22
<i>Artigo 24.º</i>	22
<i>Limite</i>	22
<i>Artigo 25.º</i>	22
<i>Autorização e seguro</i>	22
<i>CAPÍTULO V</i>	23
<i>CONTRA-ORDENAÇÕES</i>	23
<i>Artigo 26.º</i>	23
<i>Contraordenações</i>	23
<i>CAPÍTULO VI</i>	23
<i>DISPOSIÇÕES FINAIS</i>	23
<i>Artigo 27.º</i>	23
<i>Legislação subsidiária e interpretação</i>	23
<i>Artigo 28.º</i>	23
<i>Norma revogatória</i>	23
<i>Artigo 29.º</i>	24
<i>Norma transitória</i>	24
<i>Artigo 30.º</i>	24
<i>Entrada em vigor</i>	24

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento é celebrado ao abrigo do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo art.º 241º da Constituição da República Portuguesa e das normas habilitantes expressas na alínea a) do número 6 do artigo 64.º, e alínea a) do número 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, e artigo 1º e 11º.º da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto e Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de Abril.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 - O presente Regulamento aplica-se a qualquer forma de publicidade de natureza comercial e a todos os suportes de afixação ou inscrição de mensagens publicitárias.

2 - A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial dependem do licenciamento prévio pela Câmara Municipal, salvo o disposto no n.º 3.

3 - Sem prejuízo do cumprimento das regras sobre ocupação do espaço público e do regime jurídico da conservação da natureza e biodiversidade, a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial não estão sujeitas a licenciamento, a autorização, a autenticação, a validação, a certificação, a atos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, a registo ou a qualquer outro ato permissivo, nem a mera comunicação prévia nos seguintes casos:

- a) As mensagens publicitárias de natureza comercial afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e não sejam visíveis ou audíveis a partir do espaço público;
- b) As mensagens publicitárias de natureza comercial afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades

privadas e a mensagem publicita os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou está relacionada com bens ou serviços comercializados ou prestados no prédio em que se situam, ainda que sejam visíveis ou audíveis a partir do espaço público;

c) As mensagens publicitárias de natureza comercial que ocupam o espaço público contíguo à fachada do estabelecimento e publicitam os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou estão relacionadas com bens ou serviços comercializados ou prestados no estabelecimento;

d) As mensagens publicitárias no próprio bem que anunciem a intenção de venda, arrendamento ou aluguer, mesmo que essas mensagens contenham a inscrição da empresa responsável pela venda, arrendamento ou aluguer;

e) As mensagens publicitárias de natureza comercial afixadas ou inscritas em veículos de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentores entidades privadas e a mensagem publicita os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração, desde que se refiram a empresas ou a produtos originários do Concelho de Trofa;

f) As expressões que resultem de imposição legal, designadamente as placas colocadas em execução do regime jurídico de licenciamento de obras particulares e loteamentos;

g) Os anúncios de organismos públicos, de instituições de solidariedade social, de cooperativas e outras instituições sem fins lucrativos, quando implementados em propriedade própria e se refiram a atividades prosseguidas no âmbito do seu objeto ou a eventos que ocorram ocasionalmente;

h) Os distintivos de qualquer natureza, destinados a informar o público de que, nos estabelecimentos onde se encontram apostos, se aceitam cartões de crédito ou outras formas de pagamento análogos;

i) Os anúncios relativos a serviços de transportes coletivos públicos, quando afixados em suportes existentes nos interfaces rodoviários ou similares e em conformidade com as regras vigentes, para o caso específico;

j) Os anúncios destinados à identificação e localização de farmácias, de profissões médicas e paramédicas ou outros serviços de saúde, desde que especifiquem

apenas os titulares, horários de funcionamento e, quando for caso disso, especializações;

k) Placas identificativas de escritórios onde decorra o exercício de profissões liberais, desde que com a simples menção do nome, atividade profissional e horas de expediente;

l) As indicações de marca, preço ou qualidade, quando colocados em artigos à venda;

m) A publicidade de espetáculos públicos com carácter cultural e autorizados pelas autoridades competentes e sejam afixadas em locais próprios para o efeito ou no local onde ocorrerá o evento;

n) As instalações de publicidade em suporte publicitário anteriormente concessionado pela Câmara Municipal;

o) Publicidade afixada em equipamento de esplanadas e ou mobiliário urbano próprio do estabelecimento.

p) Publicidade afixada exclusivamente em terreno privado, em área adjacente ao estabelecimento, que publicita os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou estão relacionadas com bens ou serviços comercializados ou prestados no estabelecimento, sempre que a sua área total não seja superior a 1m² por face.

Artigo 3.º

Definições

1 - Para efeitos do presente Regulamento entende-se por:

a) Anúncio eletrónico – o sistema computadorizado de emissão de mensagens e imagens, com possibilidade de ligação a circuitos de TV e vídeo e similares;

b) Anúncio iluminado – o suporte publicitário sobre o qual se faça incidir intencionalmente uma fonte de luz;

c) Anúncio luminoso – o suporte publicitário que emite luz própria;

d) Balão, insuflável e semelhantes – todos os suportes que, para a sua exposição no ar careçam de gás, podendo estabelecer-se ligação ao solo, por elemento de fixação;

- e) Bandeirola - o suporte rígido que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;
- f) Chapa – o suporte não iluminado aplicado ou pintado em paramento visível e liso, cuja maior dimensão não excede 0,60 m e a máxima saliência não excede 0,05 m;
- g) Espaço público contíguo à fachada do estabelecimento – o situado junto à fachada do estabelecimento até uma distância de 0,50 m, na largura da fachada ocupada pelo estabelecimento, sempre que as condições técnicas do local assim o permitam;
- h) Esplanada aberta - a instalação no espaço público de mesas, cadeiras, guarda-ventos, guarda-sóis, estrados, floreiras, tapetes, aquecedores verticais e outro mobiliário urbano, sem qualquer tipo de proteção fixa ao solo, destinada a apoiar estabelecimentos de restauração ou de bebidas e similares ou empreendimentos turísticos
- i) Expositor - a estrutura própria para apresentação de produtos comercializados no interior do estabelecimento comercial, instalada no espaço público
- j) Floreira - o vaso ou recetáculo para plantas destinado ao embelezamento, marcação ou proteção do espaço público;
- k) Guarda-vento - a armação que protege do vento o espaço ocupado por uma esplanada;
- l) Letras soltas ou símbolos – a mensagem publicitária não luminosa, diretamente aplicada nas fachadas dos edifícios, nas montras, nas portas ou janelas;
- m) Painei – espaço destinado à publicidade constituído por moldura com estrutura própria fixado no solo;
- n) Pendão – o suporte não rígido que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;
- o) Placa – o suporte não luminoso aplicado em paramento visível, com ou sem emolduramento, cuja maior dimensão não excede 1,50 m;
- p) Publicidade – qualquer forma de comunicação feita por entidade pública ou privada, no âmbito de uma atividade comercial, industrial, liberal, artesanal ou outra, desde que produzida com fins lucrativos e desde que tenha ainda como objetivo direto ou indireto promover a comercialização ou alienação de quaisquer

bens ou serviços, bem como qualquer forma de comunicação que vise promover ideias, princípios, iniciativas ou instituições, que não tenham natureza política;

q) Publicidade sonora – a atividade publicitária que utiliza o som como elemento de divulgação de mensagem publicitária;

r) Sanefa - o elemento vertical de proteção contra agentes climatéricos, feito de lona ou material similar, colocado transversalmente na parte inferior dos toldos, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária.

s) Suporte publicitário – o meio utilizado para a transmissão da mensagem publicitária;

t) Tabuleta - o suporte não luminoso, afixado perpendicularmente às fachadas dos edifícios, que permite a afixação de mensagens publicitárias em ambas as faces;

u) Tarja – suporte gráficos atravessando aereamente a via pública;

v) Toldo - o elemento de proteção contra agentes climatéricos, feito de lona ou material similar, rebatível, aplicável em qualquer tipo de vãos, como montras, janelas ou portas de estabelecimentos comerciais, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;

x) Unidades móveis publicitárias – veículos utilizados como suportes de mensagens publicitárias.

z) Vitrina - o mostrador envidraçado ou transparente, embutido ou saliente, colocado na fachada dos estabelecimentos comerciais, onde se expõem objetos e produtos ou se afixam informações.

2 - Consideram-se, ainda, suportes publicitários todos os instrumentos, veículos ou objetos, utilizados para transmitir mensagens publicitárias não incluídos no número anterior.

Artigo 4.º

Princípios gerais de inscrição e afixação de publicidade

1 - Salvo se a mensagem publicitária se circunscrever à identificação da atividade exercida no imóvel ou daquele que a exerce, não é permitida afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em edifícios ou monumentos de interesse histórico, cultural, arquitetónico ou paisagístico designadamente:

- a) Os imóveis classificados ou em vias de classificação, nomeadamente os de interesse público, nacional ou municipal;
- b) Os imóveis contemplados com prémios de arquitetura;
- c) Elementos escultóricos, chafariz, fontes, placas comemorativas;

2 - A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias não é permitida sempre que possa causar danos irreparáveis nos materiais de revestimento exterior dos edifícios, contribuam para a degradação dos elementos de suporte utilizados ou prejudiquem o ambiente, afetem a estética ou a salubridade dos lugares ou causem danos a terceiros, nomeadamente quando se trate de:

- a) Faixas de pano, plástico, papel ou outro material semelhante;
- b) Pintura e colagem ou afixação de cartazes em árvores, nas fachadas dos edifícios ou em qualquer mobiliário urbano, incluindo as caixas de distribuição da EDP e postes de eletricidade, chafariz;
- c) Suportes que excedam a fachada do estabelecimento.

3 - A afixação ou a inscrição de mensagens publicitárias não pode prejudicar a segurança de pessoas e bens, designadamente:

- a) Afetar a iluminação pública;
- b) Prejudicar a visibilidade de placas toponímicas, semáforos e sinais de trânsito;
- c) Afetar a circulação de peões, especialmente dos cidadãos com mobilidade reduzida.

4 - É proibido, em qualquer caso, a realização de inscrições ou pinturas murais em monumentos nacionais, edifícios religiosos, sedes de órgão de soberania, de regiões autónomas ou de autarquias locais, tal como em sinais de trânsito, placas de sinalização rodoviária, interior de quaisquer repartições ou edifícios públicos e centros históricos como tal declarados ao abrigo da competente regulamentação urbanística.

5 - É proibida a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias em qualquer bem sem o consentimento expresso dos proprietários, possuidores ou detentores dos mesmos.

6 - A publicidade sonora deve respeitar os limites impostos pela legislação aplicável a atividades ruidosas.

7 - Sempre que a publicidade ocupe o espaço público, sem prejuízo do cumprimento dos critérios e princípios definidos no respetivo Regulamento, em passeios

e zonas de circulação pedonal deverá ser garantida a largura para circulação pedonal mínima de 1,20 m.

8 – As áreas a considerar, para efeito de apuramento de taxas devidas a final, pelo respetivo licenciamento de publicidade, correspondem à área total dos suportes publicitários utilizados.

CAPÍTULO II

LICENCIAMENTO

Artigo 5.º

Pedido de licenciamento

1 - O pedido de licenciamento deve ser formulado por requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, apresentado numa única via em formulário próprio, disponibilizado na internet ou no município, ou em documento avulso, do qual deve constar os seguintes elementos:

- a) O nome ou designação, número de identificação fiscal, residência ou sede do requerente e a indicação da qualidade em que requer a licença;
- b) A indicação do tipo de publicidade enquadrada nas definições constantes do artigo 3.º do presente Regulamento;
- c) A identificação exata do local a utilizar na afixação, inscrição ou difusão da mensagem publicitária;
- d) O período pretendido para a afixação da mensagem que deverá ser de, no mínimo, trinta dias.

2 - Em anexo ao requerimento, devem ser juntos os seguintes elementos, em formato digital:

- a) Memória descritiva do projeto do suporte publicitário, com indicação dos materiais, forma e cores;
- b) Desenho do suporte publicitário, com indicação da forma, dimensões e ou balanço para a afixação;

- c) Planta de localização com indicação do local ou do edifício previsto para a afixação, bem como do suporte/dispositivo onde será afixado;
- d) No caso de suportes publicitários a colocar em fachadas de edifícios, deve apresentar-se o desenho do alçado existente com a proposta de publicidade, cotado;
- e) Corte transversal passando pelo edifício, pelo reclamo e o espaço público devidamente cotado;
- f) Outros documentos que o requerente considere adequados a complementar os anteriores e a esclarecer a sua pretensão.

3 - O pedido de licenciamento deve ser igualmente instruído com documento que demonstre a legitimidade do requerente para a concretização da operação, nos seguintes termos:

- a) Registo predial nos casos em que o requerente detém o direito de propriedade sobre o imóvel;
- b) Registo predial do imóvel acrescido de documento particular ou público, no qual o legítimo proprietário autorize ao requerente a realização da operação.
- c) Registo predial do imóvel, documento particular ou público, no qual o legítimo proprietário autorize ao requerente a realização da operação e cópia da ata da assembleia de condóminos a autorizar a realização da operação, sempre que a mesma deva ocorrer em fração autónoma de prédio constituído em propriedade horizontal.

4 - No caso do requerente pretender instalar publicidade ou suportes de publicidade em área do espaço público municipal, deverá apresentar conjuntamente, os requerimentos de licenciamento de publicidade e de ocupação do espaço público, que serão decididos em simultâneo.

5 - Na falta de apresentação de qualquer dos elementos instrutores referidos nos números anteriores, devem os mesmos ser solicitados, no prazo de cinco dias e de uma só vez, ao requerente para que os junte ao processo no prazo de quinze dias, sob pena de rejeição liminar do requerimento.

6 - A falta de indicação e ou apresentação dos elementos ou esclarecimentos solicitados, no prazo que lhe for estabelecido, no âmbito do número anterior, implica o arquivamento do processo.

Artigo 6.º

Pareceres

1 - Sempre que o local onde o requerente pretenda afixar, inscrever ou difundir a mensagem publicitária esteja sob a jurisdição de outra entidade, deve a Câmara solicitar, nos cinco dias seguintes à entrada do requerimento, ou nos cinco dias seguintes à junção dos elementos complementares a que se refere o artigo anterior, parecer sobre o pedido de licenciamento.

2 - Sem prejuízo do referido no número anterior, a Câmara pode, sempre que o julgar necessário para a tomada de decisão, solicitar pareceres às entidades que tiver por convenientes do ponto de vista dos interesses e valores a acautelar no licenciamento,

3 - Os pareceres das entidades consultadas a título consultivo devem ser comunicados num prazo máximo de cinco dias úteis, apos os quais se dá seguimento o processo.

Artigo 7.º

Decisão final

1 - A decisão sobre o pedido de licenciamento deve ser proferida no prazo de trinta dias, contado da data em que o processo esteja devidamente instruído com todos os elementos necessários à decisão.

2 - A contagem do prazo para produção da decisão final suspende-se, no período compreendido entre as datas de solicitação e obtenção de parecer da entidade com jurisdição sobre o local de afixação de publicidade comercial.

Artigo 8.º

Taxas

1 - Em caso de deferimento, o requerente deve proceder ao levantamento da licença e pagamento das respetivas taxas no prazo de trinta dias, de acordo com a comunicação enviada pela Autarquia.

2 - As taxas devidas encontram-se estabelecidas na tabela de taxas e licenças em vigor no Município.

3 - A decisão que tenha deferido o pedido de licenciamento caduca se não forem pagas as taxas no prazo conferido, com a salvaguarda prevista no n.º2 do artigo 113.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 9.º

Prazo e renovação da licença

1 - As licenças terão a duração requerida pelo interessado, não podendo contudo ser emitidas por período superior a um ano.

2 - O Município poderá fixar um prazo diferente do solicitado, sempre que razões de interesse público o justifiquem.

3- As licenças podem ser automática e sucessivamente renovadas por igual período, mediante o pagamento da respetiva taxa, realizada nos quinze dias que antecedem o termo do prazo salvo se:

- a) A Câmara Municipal notificar por escrito o titular de decisão diferente, com a antecedência mínima de quarenta e cinco dias antes do termo do prazo respetivo;
- b) O titular comunicar por escrito à Câmara Municipal intenção contrária e com a antecedência mínima de quarenta e cinco dias.

Artigo 10.º

Revogação da licença

A licença para afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias pode ser revogada a todo o tempo pela Câmara Municipal sempre que:

- a) Razões de ponderoso interesse público o exijam;
- b) O seu titular não cumpra as normas legais e regulamentares a que está sujeito, nomeadamente as obrigações a que se tenha vinculado no licenciamento;
- c) O titular da licença proceda à substituição, alteração ou modificação da mensagem publicitária para a qual haja sido concedida a licença, salvo no caso de painéis publicitários de exploração comercial;
- d) O titular da licença proceda à substituição, alteração ou modificação do suporte publicitário para o qual haja sido concedida a licença;

e) O titular da licença não mantenha o suporte publicitário em condições de segurança, de estética e de higiene.

Artigo 11.º

Remoção dos suportes publicitários

1 - Em caso de caducidade ou revogação da licença, deve o respetivo titular proceder à remoção dos suportes publicitários no prazo de dez dias, contados, respetivamente, da cessação da licença ou da notificação do ato de revogação.

2 - O titular da licença ou o responsável pela afixação da publicidade, está ainda obrigado a proceder à colocação nos suportes publicitários de tela de cor branca ou neutra, sempre que esteja em fase de substituição das mensagens publicitárias, ou a retirar toda a estrutura.

3 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode a Câmara Municipal proceder à remoção imediata dos suportes publicitários que se encontrem em domínio público ou ordenar a remoção dos colocados em terrenos privados, sempre que se verifique qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) Afixação, inscrição ou difusão de publicidade sem prévio licenciamento ou em desconformidade com o estipulado no presente Regulamento;
- b) Desrespeito pelos termos do alvará de licenciamento, nomeadamente alteração do meio difusor, do conteúdo da mensagem publicitária ou do material autorizado para a sua afixação ou inscrição, excetuando-se o caso da substituição das mensagens em painéis publicitários de exploração comercial.

4 - Para efeitos do número anterior deve a Câmara Municipal notificar o infrator fixando-lhe o prazo de dez dias para proceder à remoção do suporte publicitário.

5 - Caso o titular da licença ou o infrator não tenha procedido, dentro do prazo fixado, à remoção dos suportes publicitários, pode a Câmara Municipal efetuar a remoção.

6 - Sempre que a Câmara Municipal proceda à remoção dos suportes publicitários, nos termos do presente artigo, o titular da licença ou o infrator é responsável pelo pagamento de todas as despesas correspondentes, inclusive as de depósito e guarda dos bens, € 25 diários.

7 - No caso dos proprietários não procederem ao levantamento dos materiais no

prazo de trinta dias, consideram-se os mesmos perdidos a favor da Autarquia.

Artigo 12.º

Publicidade abusiva

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior e da eventual aplicação de coimas e sanções acessórias, a Câmara Municipal pode, independentemente de prévia notificação, proceder à remoção de suportes publicitários sempre que tenha havido uma utilização abusiva do espaço público ou se verifique a existência de perigo evidente para as pessoas e bens.

2 - Os proprietários ou titulares de outros direitos sobre locais onde forem afixadas, inscritas ou difundidas mensagens publicitárias em violação do presente Regulamento podem destruir, rasgar, apagar ou por qualquer forma inutilizar e remover os suportes utilizados.

CAPÍTULO III

CRITÉRIOS PARA AFIXAÇÃO E INSCRIÇÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS

Artigo 13.º

Segurança e circulação de pessoas e veículos

1 - É proibida a afixação ou inscrição de publicidade fora dos aglomerados urbanos, em quaisquer locais onde a mesma seja visível das estradas nacionais, exceto nas situações previstas no Decreto-Lei n.º 105/98, de 24 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 166/99, de 13 de Maio.

2 - Não podem, igualmente, ser afixadas ou inscritas mensagens publicitárias nas seguintes situações:

- a) Em passeios que não permitam deixar livre um canal de circulação pedonal, continuo e desimpedido de obstruções de 1,20 m;
- b) A menos de 0,80 m em relação ao limite exterior do passeio, incluindo o lancil, no caso em que o haja;
- c) Em postes ou candeeiros de iluminação pública;

- d) Em equipamento pertencente ao explorador da rede elétrica;
- e) Em sinais de trânsito ou semáforos;
- f) Em ilhas para peões ou suporte de sinalização;
- g) A menos de 10 m do início ou do fim das placas centrais.

3 - As limitações referidas no número anterior podem não ser respeitadas, depois de analisadas caso a caso, sempre que daí não resulte qualquer perigo ou prejuízo para o trânsito.

Artigo 14.º

Cartazes e prospetos

É proibida a pintura e colagem ou afixação de cartazes e prospetos nas fachadas dos edifícios, nas faixas de rodagem, passeios, placas de identificação de localidades, sinais de trânsito, abrigos de passageiros, paredes, muros, vedações, tapumes, outros locais semelhantes, ou em outro mobiliário urbano.

Artigo 15.º

Publicidade sonora

1 - É autorizada a emissão de mensagens publicitárias sonoras através de aparelhos de rádio, altifalantes ou outros meios de difusão instalados nos estabelecimentos para fins comerciais, cujo objetivo imediato seja atrair, reter ou proporcionar distrações ao público por meio de emissões ou de transmissões, de audição de discos ou de difusão de anúncios que possam ser ouvidos dentro dos respetivos estabelecimentos ou na via pública.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a emissão de mensagens publicitárias sonoras na e ou para a via pública, de carácter comercial, só deve verificar-se por ocasião de festas e feiras tradicionais, de espetáculos ao ar livre, ou outros casos devidamente justificados.

3 - A publicidade sonora está sujeita aos limites impostos pela legislação aplicável a atividades ruidosas.

CAPÍTULO IV

MEIOS OU SUPORTES PUBLICITÁRIOS EM ESPECIAL

Secção I

Condições de instalação de suportes publicitários

Artigo 16.º

Anúncios e reclusos luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes

1 - As estruturas dos anúncios e reclusos luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes instalados nas coberturas ou fachadas de edifícios e em espaços afetos ao domínio público devem ficar encobertas, tanto quanto possível, e ser pintadas com a cor que lhes dê menor destaque.

2- Os anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes devem ser colocados preferencialmente sobre as saliências das fachadas e respeitar as seguintes condições:

- a) O balanço total não pode exceder 2 m;
- b) A distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor do que 2,60 m;
- c) Caso o balanço não exceda 0,15 m, a distância entre a parte inferior do anúncio e o solo não pode ser menor do que 2 m.

3- Os anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes, quando colocados no domínio público, a distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor do que 3 m.

4 - Sempre que a instalação tiver lugar a mais de 4,00 m acima do solo deve ser obrigatoriamente junto ao requerimento inicial um termo de responsabilidade assinado por técnico competente.

5 - Sempre que a instalação tenha lugar na cobertura de edifício, deve ser junto ao requerimento um estudo de estabilidade do anúncio.

Artigo 17.º

Bandeirolas

1 - As bandeirolas devem ter a dimensão máxima de 0,60 m de largura por 1,00 m de altura.

2 - As bandeirolas têm de permanecer oscilantes e devem ser colocadas em posição perpendicular à via mais próxima.

3 - Na estrutura deve ser afixado o número de ordem atribuído ao suporte e a identidade do titular, não podendo tal afixação exceder as dimensões de 0,10 m x 0,05 m.

4 - A distância entre a fachada do edifício mais próximo e a parte mais saliente da bandeirola não pode ser inferior a 2,00 m.

5 - A distância entre a parte inferior da bandeirola e o solo não pode ser inferior a 5,00 m.

6 - A distância entre bandeirolas afixadas ao longo das vias deve ser igual ou superior a 50 m.

Artigo 18.º

Chapas e placas

1 - Em cada edifício, as chapas e placas devem apresentar dimensão, cores, materiais e alinhamentos adequados à estética do edifício.

2 - A instalação das chapas e placas não podem localizar-se acima do nível do piso do 1.º andar dos edifícios.

3 - A instalação de uma chapa ou placa deve respeitar as seguintes condições:

a) Não se sobrepor a gradeamentos ou zonas vazadas em varandas;

b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas

4 - Não é permitida a instalação de mais de uma chapa ou placa por cada fração autónoma ou fogo, não se considerando para o efeito as placas de proibição de afixação de publicidade.

Artigo 19.º

Tabuletas

1 - Em cada edifício, as tabuletas devem apresentar dimensão, cores, materiais e alinhamentos adequados à estética do edifício.

2 - A instalação de uma tabuleta deve respeitar as seguintes condições:

- a) O limite inferior da tabuleta deve ficar a uma distância do solo igual ou superior a 2,5 m;
- b) Não exceder o balanço de 1,50 m em relação ao plano marginal do edifício, exceto no caso de ruas sem passeios, em que o balanço não excede 0,40 m;
- c) Deixar uma distância igual ou superior a 3 m entre tabuletas.

Artigo 20.º

Painéis

1 - Ao longo das vias com características rápidas, a distância entre suportes não pode ser inferior a 2,50 m nem menos de 2,00 m do lancil, salvo no que se refere a objetos de publicidade colocados em construções existentes e, quando os mesmos se destinem a identificar instalações públicas ou particulares.

2 - A distância entre a moldura dos painéis e o solo não pode ser inferior a 2,0 m.

3 - Quando afixados em tapumes, vedação ou elementos congéneres, os painéis devem dispor-se a distâncias regulares.

4 - Os painéis devem ser sempre nivelados, exceto quando o tapume, vedação ou elementos congéneres se localize em arruamento inclinado, caso em que se admite a sua disposição em socacos, acompanhado de forma harmoniosa a inclinação do terreno.

5 - As dimensões, estrutura e cores devem ser homogéneas.

6 - A estrutura de suporte dos painéis deve ser metálica e na cor mais adequada ao ambiente e estética locais, e não pode, em caso algum, manter-se no local sem a mensagem publicitária.

7 - Na estrutura deve ser afixado o número de ordem atribuído ao suporte e a identidade do titular, não podendo tal afixação exceder as dimensões de 0,40 m x 0,20 m.

8 - Salvo em situações especiais, devidamente fundamentadas, os painéis não devem ultrapassar as seguintes dimensões:

- a) 4,00 m de largura por 3,00 m de altura;
- b) 8,00 m de largura por 4,00 m de altura.

9 - Os painéis podem ter saliências parciais, desde que estas não ultrapassem, na sua totalidade:

- a) 1,00 m para o exterior na área central de 1,00 m² de superfície;
- b) 0,50 m de balanço em relação ao seu plano.

Artigo 21.º

Toldos

1 - As características e a colocação de toldos devem ter em conta o disposto no Regulamento de ocupação do espaço público e o Regulamento das operações urbanísticas.

2 - Nos núcleos antigos quaisquer caracteres que se pretendam estampar sob o pano do toldo devem restringir-se à superfície da sanefa.

3 - A aplicação de toldos com publicidade só é permitida ao nível do rés-do-chão, podendo admitir-se a colocação a outro nível quando o toldo não exceda os limites exteriores da fachada.

Artigo 22.º

Condições de afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial em mobiliário urbano

1 - É permitida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial em mobiliário urbano.

2 - A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial numa esplanada deve limitar-se ao nome comercial do estabelecimento, a mensagem comercial relacionada com bens ou serviços comercializados no estabelecimento ou ao logótipo da marca comercial, desde que afixados ou inscritos nas costas das cadeiras e nas abas pendentes dos guarda-sóis, com as dimensões máximas de 0,20 m × 0,10 m por cada nome ou logótipo. Nos núcleos antigos quaisquer caracteres que se pretendam estampar sob o pano do toldo devem restringir-se à superfície da sanefa.

3 - A aplicação de toldos com publicidade só é permitida ao nível do rés-do-chão, podendo admitir-se a colocação a outro nível quando o toldo não exceda os limites exteriores da fachada.

Secção II

Licenciamento de publicidade em veículos

Artigo 23.º

Licenciamento

A inscrição ou afixação de mensagens publicitárias em veículos automóveis, transportes públicos e outros que circulem na área do Município, que não se enquadrem na alínea e) do n.º3 do artigo 2.º, carecem de licenciamento prévio, a conceder pela Câmara Municipal, nos termos do presente Regulamento e legislação aplicável, sempre que o proprietário ou possuidor do veículo aqui tenha residência, sede, delegação ou qualquer outra forma de representação.

Artigo 24.º

Limite

As unidades móveis publicitárias não podem fazer uso de material sonoro violando o disposto na legislação aplicável a atividades ruidosas.

Artigo 25.º

Autorização e seguro

1 - Sempre que o suporte utilizado exceda as dimensões do veículo, deve ser junto ao requerimento inicial, uma autorização pela entidade competente.

2 - Após o deferimento do pedido, o levantamento da licença está dependente da entrega do contrato de seguro de responsabilidade civil.

CAPÍTULO V

CONTRA-ORDENAÇÕES

Artigo 26.º

Contraordenações

1 - A instrução dos processos de contraordenação, bem como a aplicação das coimas e de sanções acessórias, compete ao presidente da Câmara Municipal, ou Vereador com competência delegada, revertendo as receitas da sua aplicação para a Câmara Municipal.

2 - Constitui contraordenação punível com coima de € 100 a € 1.000, para pessoas singulares, e de € 200 a € 2.000, para pessoas coletivas, a violação de qualquer disposição do presente Regulamento.

3 - A negligência é sempre punível nos termos gerais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 27.º

Legislação subsidiária e interpretação

1 - Em tudo o que não estiver expressamente previsto neste Regulamento regem as disposições legais aplicáveis.

2 - As dúvidas e as omissões suscitadas pela aplicação deste Regulamento são resolvidas por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 28.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento, é revogado o Regulamento Municipal de Publicidade, aprovado em reunião da Câmara da Municipal da Trofa de 27 de março de 2002 e de Assembleia Municipal da Trofa de 24 de abril de 2002.

Artigo 29.º

Norma transitória

Sempre que se verifique devida, no ano civil de 2013 há lugar à liquidação adicional da taxa de publicidade, correspondente aos três últimos trimestres do ano.

Artigo 30.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 1º dia útil seguinte ao da sua publicação nos locais de estilo, em uso no Município da Trofa.